

MINISTÉRIO PÚBLICO

Força Tarefa vai denunciar procurador-geral por omissão

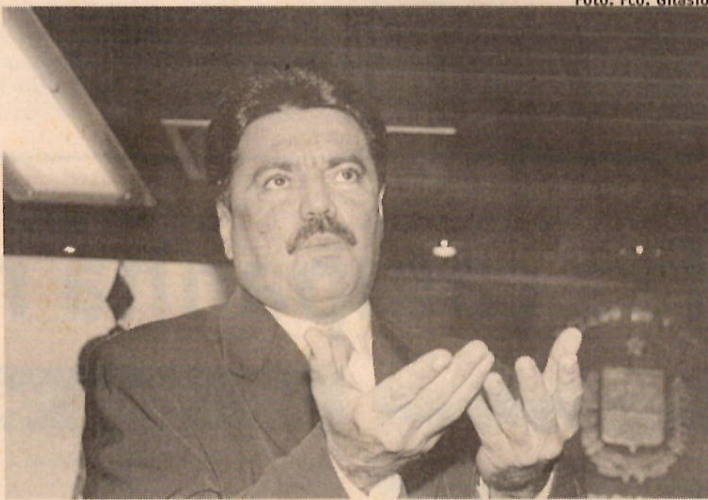
LUCIANO COELHO
Repórter de Geral

Foto: Fco. Gilásio

A Força Tarefa, órgão criado para fiscalizar a administração pública, vai entrar com um mandado de segurança no Tribunal de Justiça do Piauí pedindo providências contra o procurador geral de Justiça, Antônio Ivan e Silva, por omissão, improbidade da função e ilícito funcional. O representante da Força Tarefa, Arimatéia Dantas, afirmou que há mais de 142 prefeitos e ex-prefeitos denunciados no Ministério Público e o órgão ainda não se manifestou sobre o assunto.

Segundo Dantas, vários administradores públicos que não têm prestado contas dos gastos regularmente foram denunciados ao Ministério Público, e nenhuma medida foi adotada. "Queremos saber porque o Ministério Público não atua nas comarcas neste sentido. Encaminhamos um documento pedindo informações ao procurador geral. Queremos saber quantas comarcas estão sem promotor, quantos estão efetivados nas comarcas e quantos promotores prestam assessoria à Procuradoria Geral", assinalou.

Arimatéia Dantas disse que este pedido foi feito há 119 dias e não foi obtida nenhuma resposta. "Vamos buscar o Direito. A Constituição Federal no artigo 5, inciso 16, garante a todo cidadão o direito de informação. A Lei 9.501 dá um prazo de 15 dias para que as informações solicitadas sejam prestadas. O Ministério Público está desobedecendo estes preceitos. Isto



Antonio Ivan: "Não devo explicações"

incorre em crime de improbidade administrativa, porque o procurador está deixando de praticar atos inerentes a sua função", explicou.

Por conta disso, foi impetrado no TJ-PI um mandado de segurança contra Antônio Ivan alegando improbidade e ilícito funcional. "Nós temos conhecimento que 99 prefeitos estão sem prestar contas de suas despesas ao Tribunal de Contas do Estado. O Ministério Público ainda está em silêncio. Precisamos saber qual o problema para se adotar as providências cabíveis", adiantou.

A Força Tarefa diz que quer conhecer as entranhas do Ministério Público para poder proteger o povo. "Queremos adotar ações preventivas e não apenas quando o crime for cometido. Se o procurador não permitir isso, vamos sugerir uma CPI no Ministério Público", finalizou.

O procurador Antônio Ivan e Silva afirmou que não tem obrigação nenhuma de prestar informações à Força Tarefa. "Estão querendo ingerir na minha administração. O Ministério Público é um poder e não vamos aceitar qualquer um chegar metendo o bedelo aleatoriamente. Não sou obrigado a dizer quantos cargos comissionados temos".

Antônio Ivan disse que presta mensalmente contas dos seus atos ao TCE e à Assembleia Legislativa e não se afastou da lei orgânica. "Não estou omitindo informações. Quem tem autoridade para pedir estas informações é a Assembleia, o Tribunal de Contas e a Secretaria de Planejamento. Isso eu faço mensalmente. Estou tranquilo. Prestamos todas as informações aos órgãos competentes. O Ministério Público é um órgão enxuto e dentro da lei".